



PÓS COM

Programa de Pós-Graduação
em Comunicação
e Territorialidades - UFES

COMUNICAÇÃO POPULAR E “FIM DO MUNDO”: A SIRENE E A TERRITORIALIDADE DA CATÁSTROFE DEMARCADA PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Elaine Dal Gobbo¹

Palavras-chave:

Comunicação popular; jornalismo; fim do mundo.

RESUMO EXPANDIDO

A pesquisa Comunicação popular e “fim do mundo”: A Sirene e a territorialidade da catástrofe demarcada pelo rompimento da barragem de Fundão tem como objeto de estudo o jornal *A Sirene – Para Não Esquecer*, produzido por atingidos pelo rompimento da barragem, em Mariana, Minas Gerais, em 2015. A pesquisa, que está sendo desenvolvida no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação & Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), busca compreender como a comunicação popular, por meio do jornal, pode atuar como parte das estratégias de enfrentamento das variáveis que estão nos levando ao “fim do mundo”, que, conforme conceitua Ailton Krenak, trata-se da “interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder” (Krenak, 2019, p. 42), prazer este proporcionado pelas tradições, pela cultura, pelo viver cotidiano preservado pelos ancestrais e levados adiante pelas atuais gerações nas relações

¹ Elaine Dal Gobbo é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação & Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
elaine.jornalista@yahoo.com.br.

comunitárias, por exemplo. Um dos instrumentos para “adiar o fim do mundo” é o jornal *A Sirene – Para Não Esquecer*, que viabiliza dar voz aos atingidos no sentido de, entre outras demandas, mobilizá-los em prol da reelaboração do cotidiano, preservação de suas memórias e de suas tradições. Por esta premissa, a comunicação popular, importante instrumento de mobilização nas décadas de 1970 e 1980, também tem seu papel e seu lugar diante dos desafios atuais. Para fazer a pesquisa é preciso trabalhar com os conceitos de território e territorialidade. Para Milton Santos, território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, “o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (Santos, 2011, p. 77). Saquet (2009) também conceitua território, o qual afirma ser constituído por relações nas quais sociedade e natureza estão envolvidos, uma condição para a reprodução social. Com base nisso, o estudo trata do território que abrange o Rio Doce, que atravessa dois territórios geográficos, Minas Gerais e Espírito Santo, no qual uma determinada população vive as consequências de um crime ambiental que mudou os mais diversos tipos de relações ali estabelecidas. Quanto à territorialidade, o conceito está relacionado às vivências, experiências, circunstâncias e organização em um determinado território. Sack (*apud* Saquet, 2009, p.30) afirma que as territorialidades correspondem às tentativas de um indivíduo ou grupos para influenciar afetos, pessoas em uma área limitada, que é o território. O projeto, então, trata do que é possível chamar de territorialidade do desastre, demarcada pelos tentáculos da tragédia. A proposta metodológica é que sejam estudadas as edições do jornal *A Sirene – Para Não Esquecer*, que é mensal, desde fevereiro de 2016, quando foi criado, até dezembro de 2025. A data limite foi estabelecida pelo fato de que o rompimento da barragem de Fundão completa 10 anos em novembro de 2025, portanto, a pesquisa irá abarcar a primeira década de mudanças vividas no território do Vale do Rio Doce. Além da leitura da bibliografia, será feita análise de conteúdo dos textos contidos nos exemplares do jornal. Também serão realizadas entrevistas abertas, que, segundo Jorge Duarte (2009), são exploratórias e flexíveis, isto é, não têm uma determinada sequência de perguntas nem parâmetro de respostas. Além disso, partem de um tema amplo e fluem de maneira livre, havendo aprofundamento em questões vistas como significativas pelo entrevistador. Os entrevistados serão pessoas que fazem parte da equipe do jornal.



Essas entrevistas têm como base a história oral, que, de acordo com Paul Thompson (1992, p. 26), proporciona que as testemunhas de um determinado fato possam estar também “entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados”, possibilitando “uma contestação do relato tido como verdadeiro”. As entrevistas contribuem no estudo para averiguar se o que os comunicadores populares relatam sobre o processo de produção, como seus objetivos, é verificável na análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlassa, 2009. p. 64-83.

KRENAK, Ailton. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento crítico à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 73-93.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.



PÓS COM

Programa de Pós-Graduação
em Comunicação
e Territorialidades - UFES

Minicurriculo

Elaine Dal Gobbo formou-se em jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes (2008). Tornou-se especialista em Gestão Estratégica de Marketing nessa mesma instituição de ensino (2013) e em Docência para Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes (2024). Também na Ufes concluiu o mestrado Programa de Pós-Graduação em Comunicação & Territorialidades (2018), no qual, atualmente, é doutoranda.